



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

LEI COMPLEMENTAR Nº 121/2025, DE 30 DE JUNHO DE 2025.

Altera o anexo V da Lei Complementar nº 116, de 21 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre o quadro de funções gratificadas da Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, faço saber que a Câmara Municipal de Quixeramobim decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Esta Lei altera a lei Complementar nº 116, de 21 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a organização e a estrutura administrativa do Poder Executivo.

Art. 2º. O anexo V da Lei Complementar nº 116, de 21 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre o quadro de funções gratificadas da Secretaria Municipal de Educação, passa a vigorar acrescida das seguintes funções:

Função	Símbolo	Quant.	Gratificação	Total
Apoio Técnico a Execução de Gestão	EAT-1	02	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00
Apoio Técnico a Projetos Intersetoriais	EAT-2	01	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
Apoio Técnico Projetos Interinstitucionais	EAT-1	02	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas ao Executivo Municipal.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, em 30 de junho de 2025.

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

EDITAL DE PUBLICAÇÃO PGM Nº 040/2025

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, no uso de suas atribuições legais, da competência que lhe confere o artigo 87 da Lei Orgânica do Município e em consonância com o artigo 28, inciso X, da Constituição do Estado do Ceará, autoriza a publicação, mediante afixação no Paço da Prefeitura Municipal, na Câmara Municipal e em demais locais de amplo acesso público, da Lei Complementar nº 121/2025, de 30 de junho de 2025.

Cumpra-se.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, em 30 de junho de 2025.

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os fins que se fizerem necessários que a Lei Complementar nº 121/2025, de 30 de junho de 2025, foi devidamente publicada por meio de afixação na sede desta Prefeitura Municipal, nos termos do art. 87 da Lei Orgânica do Município de Quixeramobim e do Edital de Publicação PGM nº 040/2025. Dado e passado nesta cidade de Quixeramobim, Estado do Ceará, em 30 de junho de 2025.

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA
Prefeito Municipal



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

MENSAGEM Nº 024 /2025, DE 16 DE JUNHO 2025.

Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara Municipal de Quixeramobim,

No uso das atribuições legais que me confere a Lei Orgânica do Município de Quixeramobim, estou encaminhando a essa Augusta Casa Legislativa o incluso Projeto de Lei para discussão e aprovação, que altera a estrutura administrativa do Município de Quixeramobim.

A reestruturação proposta é essencial para adequar a estrutura administrativa do Município às demandas crescentes da população e aos desafios contemporâneos da gestão municipal, garantindo uma prestação de serviços públicos de forma mais célere, eficiente e qualificada. Ademais, busca-se otimizar a alocação de recursos públicos, promovendo maior racionalidade e controle nos gastos municipais, sempre com vistas ao interesse público.

O projeto prevê a criação de funções gratificadas, de forma a evitar sobreposição de funções e a assegurar maior integração e cooperação entre as diferentes áreas da administração. As alterações propostas foram realizadas, levando em consideração as peculiaridades e necessidades constatadas durante os últimos anos de gestão.

De acordo com cálculo de impacto financeiro que acompanha o presente projeto, a administração adota tais medidas atendendo ao princípio da eficiência e economicidade, contemplando ainda o princípio da legalidade, posto que atende a toda legislação que regulamenta as despesas da administração pública, satisfazendo em especial a Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar 101/2000).

Sendo certo, que a reestruturação administrativa é de singular importância para a melhoria na condução dos serviços públicos, resta demonstrada a necessidade de celeridade na implementação das medidas apresentadas, solicitando, portanto, tramitação em regime de **urgência simples**.

Certo de contar com a atenção indispensável de Vossas Excelências, antecipo meus sinceros agradecimentos.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, em de junho de 2025.

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA
Prefeito Municipal

*Recebido
prefeitura
22/06/25*



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM
GABINETE DO PREFEITO

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 010/2025, DE 16 DE JUNHO DE 2025.

Altera o anexo V da Lei Complementar nº 116, de 21 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre o quadro de funções gratificadas da Secretaria Municipal de Educação, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE QUIXERAMOBIM, faço saber que a Câmara Municipal de Quixeramobim decreta e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Esta Lei altera a lei Complementar nº 116, de 21 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre a organização e a estrutura administrativa do Poder Executivo.

Art. 2º. O anexo V da lei Complementar nº 116, de 21 de fevereiro de 2025, que dispõe sobre o quadro de funções gratificadas da Secretaria Municipal de Educação, passa a vigorar acrescida das seguintes funções:

Função	Símbolo	Quant.	Gratificação	Total
Apoio Técnico a Execução de Gestão	EAT-1	02	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00
Apoio Técnico a Projetos Intersetoriais	EAT-2	01	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
Apoio Técnico Projetos Interinstitucionais	EAT-1	02	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas ao Executivo Municipal.

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Quixeramobim, em 16 de junho de 2025.

CIRILO ANTONIO PIMENTA LIMA
Prefeito Municipal

Sancionado e Transformado em Lei/Sob o No.

121 de 30 de 06/2025

Cirilo Antonio Pimenta Lima
Prefeito Municipal

APROVADO EM
25/06/25
PRESIDENTE



RELATÓRIO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO E FINANCEIRO

PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 010/2025, DE 16 DE JUNHO DE 2025

INTRODUÇÃO

O objeto deste relatório consiste na avaliação detalhada dos impactos orçamentários, financeiros e contábeis resultantes da reestruturação administrativa, conforme Projeto de Lei Complementar Nº 010/2025, de 16 de Junho de 2025, que tem como objetivo a reestruturação administrativa da Secretaria Municipal de Educação.

A presente proposta visa à criação de 05 (cinco) novas Funções Gratificadas, conforme detalhado no Anexo I, resultando em um acréscimo mensal de R\$ 22.166,67 (vinte e dois mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) ao valor atualmente destinado à estrutura de gratificações, incluindo os provisionamentos de 13º Salário e Férias. Atualmente, o montante correspondente às Funções Gratificadas soma R\$ 116.666,67 (cento e dezesseis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), de modo que, com a implementação da proposta, o total passará a ser de R\$ 138.833,33 (cento e trinta e oito mil, oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos).

A proposta visa garantir maior eficiência na gestão pública, otimizando a estrutura organizacional e assegurando um melhor equilíbrio entre a necessidade de pessoal e a responsabilidade fiscal do ente municipal.

FINALIDADE

Este relatório tem por finalidade avaliar a viabilidade fiscal da reestruturação administrativa da Secretaria Municipal de Educação, considerando as implicações nas despesas com pessoal, a compensação entre o aumento e a redução da remuneração dos cargos comissionados, bem como a conformidade da medida com os preceitos da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O estudo dará ênfase aos limites de gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL) municipal, de forma a garantir a sustentabilidade orçamentária e a observância dos dispositivos legais vigentes, contrabalanceando esse impacto por meio da racionalização dos cargos, promovendo um modelo de gestão mais eficiente e financeiramente responsável.





JUSTIFICATIVA

A necessidade da reestruturação administrativa da Secretaria Municipal de decorre da obrigatoriedade de adequação da máquina pública à realidade administrativa da pasta, promovendo a otimização dos recursos humanos e financeiros, sem comprometer a eficiência na prestação de serviços à população.

Tal iniciativa está alinhada à Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000), que impõe limites rigorosos para os gastos com pessoal e exige planejamento estratégico para evitar riscos de endividamento e desequilíbrio orçamentário.

Ademais, o artigo 37 da Constituição Federal preconiza que a administração pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, os quais orientam a adoção de medidas que tornem a gestão mais racional e eficaz. Dessa forma, a reestruturação administrativa se fundamenta na busca pela maximização da eficiência, aliada à necessidade de controle.

A proposta também se justifica pela necessidade de adequação da estrutura organizacional da Secretaria Municipal de Educação às demandas atuais, criando novas funções mais condizentes à necessidade real dos serviços prestados pela entidade ao seu público-alvo.

Essa reorganização permitirá um melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, reduzindo custos excessivos e garantindo maior eficiência na execução das políticas públicas.

Portanto, a reestruturação administrativa não só atende às exigências legais, como também promove uma gestão mais moderna e eficiente, em consonância com os princípios constitucionais e fiscais que regem a administração pública.

Desta feita, o impacto financeiro do projeto de lei, que propõe uma reforma na estrutura administrativa da Secretaria Municipal de Educação foi analisado para assegurar que não ultrapasse os limites de gastos com pessoal frente à receita corrente líquida (RCL) do município, conforme preconizado pela LRF.

O incremento mensal de R\$ 22.166,67 (vinte e dois mil centos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) com pessoal proposto pelo Projeto de Lei Complementar N° 010/2025, de 16 de Junho de 2025, representa um impacto financeiro de pequeno porte nas despesas com pessoal, conduzida de forma planejada e compatível com os princípios da responsabilidade fiscal, visando ao fortalecimento da estrutura administrativa da unidade gestora, que inclusive possui financiamento específico para sua cobertura (FUNDEB), o que não compromete a sustentabilidade orçamentária do município.





Adicionalmente, o impacto orçamentário foi analisado em consonância com a evolução das receitas correntes do município, de modo a garantir que os gastos com pessoal não ultrapassem os limites estabelecidos pela LRF, que são baseados na relação entre a receita corrente líquida (RCL) e as despesas com pessoal.

A medida proposta assegura, assim, que a despesa com pessoal se mantenha dentro dos parâmetros legais, anulando o cometimento de irregularidades sob a seara analisada, ao mesmo passo que preserva sua capacidade de investimentos e manutenção dos serviços públicos essenciais.

A reestruturação administrativa, que combina a valorização de cargos estratégicos, com a possibilidade de obtenção de profissionais mais qualificados para a gestão das secretarias, com a eliminação de funções comissionadas obsoletas, contribui para o fortalecimento da gestão pública e para a melhoria da eficiência operacional, alinhando aos objetivos de boa governança à sustentabilidade fiscal de longo prazo.

Este Relatório de Impacto Financeiro, portanto, cumpre as exigências da LRF, assegurando que o Projeto de Lei proposto não comprometa a saúde fiscal do município, e contribui para a transparência na gestão dos recursos públicos, refletindo o compromisso da administração municipal com a responsabilidade fiscal e a eficiência econômica.

ESTIMATIVA DE GASTOS

A criação das despesas propostas no Projeto de Lei Complementar N° 010/2025, de 16 de Junho de 2025, encontram-se discriminadas nas planilhas abaixo.

Conforme se percebe, com a implementação das alterações propostas, o valor total mensal de gastos com pessoal passará de R\$ 116.666,67 (cento e dezesseis mil seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) para R\$ 138.833,33 (cento e trinta e oito mil oitocentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), gerando um incremento de despesa estimado de R\$ 22.166,67 (vinte e dois mil centos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos) mensais, já acrescentando os provisionamentos de 13º Salário e Férias.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO – CAPAG

A Classificação de Capacidade de Pagamento é calculada pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN, seguindo metodologia estabelecida na Portaria do Ministério da Fazenda MF N° 1.583, de 13 de dezembro de 2023, com base na análise dos seguintes indicadores econômico-financeiros:





- **ENDIVIDAMENTO.** Dívida Consolidada Bruta/Receita Corrente Líquida referente ao terceiro quadrimestre do exercício financeiro. (Correspondente ao montante total apurado das obrigações financeiras do Município, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados, operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses, incluindo-se os precatórios, em relação ao total da Receita Corrente Líquida).
- **POUPANÇA CORRENTE.** Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada, utilizando os dados dos Balanços Orçamentários dos três últimos exercícios. (Corresponde à relação entre despesas correntes e receitas correntes ajustadas, apuradas pela média ponderada dos três exercícios anteriores, sendo, peso de 50% para o exercício imediatamente anterior e 30% e 20% para os outros dois exercícios. O ajuste é feito por meio da exclusão da receita utilizada na formação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Trata-se de um indicador de poupança, pois, não inclui as despesas e as receitas de capital. Quanto menor o indicador, melhor, pois maior a capacidade da receita corrente de financiar investimentos e/ou amortizar a dívida, além da própria despesa corrente, inclusive juros).
- **LIQUIDEZ.** Obrigações Financeiras/Disponibilidade de Caixa Bruta referente ao 3º quadrimestre do último exercício financeiro (ano). (Consiste na relação entre obrigações financeiras e a disponibilidade de caixa bruta do exercício anterior, considerando-se apenas as fontes de recursos não vinculadas. O indicador apura a existência de recursos prontamente utilizáveis e não vinculados a determinados destinos para fazer frente às obrigações financeiras de curto prazo).
- **RANKING DA QUALIDADE FISCAL.** serão atribuídas nota A+ ou B+ aos entes federativos que obtiverem nota "A" ou "B" na CAPAG e alcançarem a nota "Aicf" no Indicador da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal (ICF) do Ranking da Qualidade da Informação Contábil e Fiscal no SICONFI. Este ranking adota metodologia de ranqueamento baseado no percentual de consistência das informações contábeis dos entes federativos constantes nos demonstrativos publicados pelos entes no SICONFI. A nota AICF é atribuída a estados e municípios que apresentam desempenho igual ou superior a 95% no Ranking. Para o cálculo do Ranking, usa-se metodologia de ranqueamento simplificada, baseada no percentual de acertos dos entes federativos nas verificações empreendidas. Quanto maior o percentual de acertos, melhor a classificação do ente federativo no Ranking.





A classificação realizada pela Prévía Fiscal, calculada pela Secretaria do Tesouro Nacional, que apresenta uma simulação da situação fiscal do Município de Quixeramobim em função dos seus dados e índices fiscais.

No que pertine aos quesitos de Endividamento e Poupança Corrente, é de se esperar que um município que possui grandes desafios para mitigação das necessidades sociais e econômicas, especialmente no atendimento à população de baixa renda, vulnerável social e economicamente, bem como com grandes necessidades de provimentos do aprimoramento estrutural necessite aplicar a quase totalidade dos seus recursos no uso dessas demandas urgente, comprometendo sua capacidade de formação de caixa.

Da análise da CAPAG predefinida e mensurada pelos órgãos nacionais de controle do tesouro, percebe-se que o Município de Quixeramobim apresenta bons índices de Endividamento e no Ranking da qualidade fiscal, bem como no Ranking da Qualidade Fiscal.

CAPAG - Capacidade de Pagamento

✓	Dívida Consolidada/Receita Corrente Líquida
Indicador I - Endividamento	A (22,81%)
↓	Despesa Corrente/Receita Corrente Ajustada
Indicador II - Poupança Corrente	C (95,82%)
↓	(Disponibilidade de caixa bruta + insuficiência de caixa - Obrigações Financeiras) / Receita Corrente Líquida (RCL)
Indicador III - Liquidez Relativa	C (-8,44%)
✓	Ranking da qualidade fiscal
Ranking da qualidade fiscal	Bcd

FONTE: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capag>

LIMITES COM GASTO DE PESSOAL

Importa ainda frisar, asseverando a regularidade fiscal desta municipalidade para aferição da sua capacidade de endividamento, que a despesa total com pessoal, segundo informações extraídas do site do tesouro municipal, perfaz um total percentual de 38,80% da Receita Corrente Líquida, portanto abaixo do limite máximo definido pelo art. 22 da LRF (54%).



Synopsis:

© 2005 by Blackwell Publishing Ltd
Journal of Internal Medicine 258: 105–114
DOI: 10.1111/j.1365-2796.2005.01511.x

TABLE 1

[illegible][illegible]

上海社会科学院图书馆藏

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS UNCLASSIFIED
DATE 08-01-2001 BY 60322 UCBAW

© 2000 Blackwell Science Ltd, *Journal of Internal Medicine* 247: 395–400

© 2000 Blackwell Science Ltd, *Journal of Internal Medicine* 247: 391–397

FONTE: ASPEC



Fonte: <https://www.tesourotransparente.gov.br/temas/estados-e-municipios/capacidade-de-pagamento-capog>

Para fins de avaliação das informações, foram consultados o Relatório Resumido de Execução Orçamentária – RREO relativo ao 1º BIMESTRE/2025 e Relatório de Gestão Fiscal - RGF referente ao 1º QUADRIMESTRE/2025, que aponta o percentual de gasto com pessoal no patamar mencionado.



ASPECTOS RELEVANTES

Outros aspectos poderão ser levados em consideração para avaliação de viabilidade da medida proposta par além dos financeiros, contábeis e orçamentários. São eles:

1. **VALORIZAÇÃO DOS GESTORES PÚBLICOS:** A reestruturação reconhece a complexidade e a relevância das funções desempenhadas por cargos comissionados e de confiança. Essa valorização contribui para atrair e reter profissionais altamente qualificados, comprometidos com a excelência na gestão pública.
2. **ADEQUAÇÃO ÀS REALIDADES ECONÔMICAS E REGIONAIS:** A medida alinha a remuneração dos agentes públicos ao patamar remuneratório regional e às demandas crescentes de uma administração pública qualificada, sem perder de vista realidade econômica do município, promovendo maior competitividade e eficiência no desempenho das funções de liderança.
3. **APRIMORAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA:** A reestruturação administrativa, combinando os ajustes de salários e a extinção de cargos momentaneamente vacantes moderniza a administração pública municipal, tornando-a mais enxuta, eficiente e focada no atendimento das demandas da sociedade.
4. **CONFORMIDADE COM OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS:** O ajuste proposto respeita os princípios constitucionais da razoabilidade e proporcionalidade, bem como as normas da Lei de Responsabilidade Fiscal, garantindo que as medidas sejam sustentáveis e legalmente amparadas.

MODERNIZAÇÃO DO SETOR PÚBLICO:

AVALIAÇÃO DE REESTRUTURAÇÕES SALARIAIS E REDUÇÃO DE CARGOS

O relatório *"Public Sector Compensation and Economic Performance"* (2011), da OCDE, discute como a revisão das compensações no setor público, com o aumento de salários para cargos estratégicos, pode contribuir para a modernização e a eficiência da administração pública.

A OCDE sugere que a redução de cargos e o aumento de salários para gestores chaves podem ser uma maneira eficaz de melhorar a qualidade do serviço público, especialmente em sistemas com altas demandas de habilidades técnicas e gerenciais.

A Comissão Europeia, em diversos relatórios, observa que governos que investem em gestores públicos altamente qualificados, com salários mais altos e menos cargos administrativos, têm melhores desempenhos em termos de serviços públicos.





O estudo *"Public Administration Reform in Europe"* (2016) discute como países da UE têm adotado a redução de cargos com a contrapartida do aumento de salários para os gestores, para garantir que a administração pública se mantenha eficiente e atrativa.

O Banco Mundial, em vários relatórios sobre governança e administração pública, aponta que a redução de cargos e a reestruturação das administrações públicas devem ser acompanhadas de uma revisão salarial. O estudo *"World Development Report 1997: The State in a Changing World"* discute como reformas no setor público envolvendo a redução de burocracia e o aumento de salários de altos gestores podem contribuir para uma gestão pública mais eficaz e profissionalizada.

Já o relatório *"Governance and Public Sector Reform in Developing Countries"* (2008) do Banco Mundial argumenta que, em muitos países em desenvolvimento, a redução de cargos administrativos e o aumento de salários de gestores públicos são uma condição importante para melhorar a eficiência e atrair profissionais qualificados. Ele sugere que a gestão pública precisa de uma estrutura mais enxuta, com menos burocracia e maior autonomia para os líderes, o que exige incentivos financeiros adequados.

No mesmo sentido a publicação *"The New Public Management"* (1991), de Christopher Hood, discute como o conceito de gestão pública inspirada no setor privado levou a aumentos salariais para altos gestores e à redução de cargos para aumentar a eficiência do serviço público.

Do que se percebe, o resultado proposto pelas leis em comento está em consonância com o contemporâneo entendimento de aperfeiçoamento da governança e eficiência na gestão pública.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, a análise técnico-financeira decorrente do impacto do Projeto de Lei averiguado revela uma estratégia de balanceamento orçamentário, com medidas compensatórias que promovem a sustentabilidade fiscal sem comprometer a eficiência administrativa unido ao aprimoramento e modernização da estrutura administrativa do órgão, garantindo maior eficiência na gestão pública e, ao mesmo passo, respeito às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF).

O impacto financeiro da proposta foi rigorosamente analisado, demonstrando que o valor da despesa mensal criada, gerada com a criação de 05 funções gratificadas, resulta em um incremento mensal de R\$ 22.166,67 (vinte e dois mil cento e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), incluídos os provisionamentos de 13º Salário e Férias.





A projeção financeira anual das funções gratificadas criadas, acrescida dos consectários de 13ª Salário e Férias, soma a quantia de R\$ 126.666,67 (cento e vinte e seis e seiscentos e sessenta e seis reais e sessenta e sete centavos), conforme denota a Tabela (Anexo IV).

Para fins de conformidade com o art. 16, I da LRF, o impacto esperado no prazo legal (ano de vigência e próximos 2 anos subsequentes), é de R\$ 316.666,68 (trezentos e dezesseis mil trezentos e trinta e três reais e trinta e quatro centavos) conforme Tabela anexa (Anexo V)

Esse valor adicional, aplicado ao total atual de gastos com pessoa, frente à receita corrente líquida (RCL) do município não impacta negativamente os limites legais, ou seja, não tem a capacidade de aumentar os gastos para além dos legalmente impostos, permanecendo dentro do teto de despesas dessa natureza definido pela LRF, assegurando que os gastos com pessoal permaneçam em conformidade com a legislação vigente.

Ademais, o projeto está em conformidade com os princípios da eficiência, economicidade e moralidade previstos no artigo 37 da Constituição Federal, que regem a administração pública e orientam a adoção de medidas para aprimorar a gestão dos recursos humanos e financeiros do município, visando não apenas ajustar a despesa pública, mas também aprimorar a eficiência da gestão, valorizando cargos estratégicos e possibilitando a contratação de profissionais mais qualificados, refletindo o compromisso eficiência, eficácia e a sustentabilidade econômica de longo prazo.

Quixeramobim (CE), 16 de junho de 2025.

Assinado de forma
digital por RANNIERI
RIOS
VELOSO:63215543320

RANNIERI RIOS VELOSO
Secretário Municipal de Administração





ANEXO I

CHIAÇÃO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS (QUADRO RESUMO)

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
FUNÇÕES GRATIFICADAS	05	R\$ 22.166,67
VALOR TOTAL	05	R\$ 22.166,67

Assinado de forma
digital por RANNIERI
RIOS
VELOSO:63215543320

RANNIERI RIOS VELOSO

Secretário de Administração de Quixeramobim





GOVERNO MUNICIPAL DE
QUIXERAMOBIM

SEAD

Sistema de Administração

ANEXO II

DEMONSTRATIVO - RESUMO DO IMPACTO MENSAL

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR TOTAL
VALOR TOTAL NA PROPOSTA DE REESTRUTURAÇÃO	49	R\$ 138.833,33
VALOR DA ATUAL ESTRUTURA	44	R\$ 116.666,67
ACRÉSCIMO	05	R\$ 22.166,67

Assinado de forma
digital por RANNIERI
RIOS
VELOSO:63215543320

RANNIERI RIOS VELOSO

Secretário de Administração de Quixeramobim



PREFEITURA MUNICIPAL DE
QUIXERAMOBIM

SEAD

Sistema de Administração

ANEXO III

DEMONSTRATIVO DETALHADO MENSAL

FUNÇÕES	SÍMBOLO	QUANT.	REPRESENTAÇÃO	REMUNERAÇÃO TOTAL	13º SALÁRIO	1/3 FÉRIAS	TOTAL GERAL
APOIO TÉCNICO A EXECUÇÃO DE GESTÃO	EAT-1	2	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 1.333,33	
APOIO TÉCNICO A PROJETOS INTERSETORIAIS	EAT-2	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 500,00	
APOIO TÉCNICO A PROJETOS INTERINSTITUCIONAIS	EAT-3	2	R\$ 2.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 4.000,00	R\$ 1.333,33	
TOTAL		5		R\$ 9.500,00	R\$ 9.500,00	R\$ 3.166,67	R\$ 22.166,67

Assinado de forma
digital por RANNIERI
RIOS
VELOSO:63215543320

RANNIERI RIOS VELOSO

Secretário de Administração de Quixeramobim



ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DETALHADO DO IMPACTO ANUAL

REMUNERAÇÃO ANUAL BRUTA	TOTAL
R\$ 9.500,00 x 12 MESES	R\$ 114.000,00
ADICIONAIS LEGAIS	TOTAL
13º SALÁRIO	R\$ 9.500,00
1/3 FÉRIAS	R\$ 3.166,67
TOTAL GERAL	R\$ 126.666,67

Assinado de forma
digital por RANNIERI
RIOS
VELOSO:63215543320

RANNIERI RIOS VELOSO
Secretário de Administração de Quixeramobim



ANEXO IV

DEMONSTRATIVO DETALHADO DO IMPACTO LEGAL – ART. 16, INCISO I, LRF

CÁLCULO TOTAL DOS ÚLTIMOS – ANO EM CURSO – (06) SEIS MESES (JUL-DEZ/2025)				
DESCRIÇÃO			VALOR (R\$)	
REMUNERAÇÃO TOTAL SEMESTRAL (JUL-DEZ)			R\$ 57.000,00	
13º SALÁRIO PROPORCIONAL (6/12)			R\$ 4.750,00	
1/3 FÉRIAS PROPORCIONAL (6/12)			R\$ 1.583,34	
TOTAL GERAL (ANO EM VIGOR)			R\$ 63.333,34	
ANO	REMUNERAÇÃO ANUAL	13º SALÁRIO	1/3 FÉRIAS	IMPACTO TOTAL ANUAL
2026	R\$ 114.000,00	R\$ 9.500,00	R\$ 3.166,67	R\$ 126.666,67
2027	R\$ 114.000,00	R\$ 9.500,00	R\$ 3.166,67	R\$ 126.666,67
TOTAL 2 ANOS SUBSEQUENTES				R\$ 253.333,34
IMPACTO LEGAL (ART. 16, I, LRF)			R\$ 316.666,68	

Assinado de forma
digital por RANNIERI
RIOS
VELOSO:63215543320

RANNIERI RIOS VELOSO

Secretário de Administração de Quixeramobim